

# UMA REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE CAPITAL A PARTIR DA CONTROVÉRSIA DE CAMBRIDGE

Rodrigo Alves Teixeira  
Professor Assistente da FEA-USP  
Analista do Banco Central do Brasil

Nesse artigo fazemos uma reflexão sobre o conceito de capital, tendo como ponto de partida as controvérsias de Cambridge sobre a teoria do capital. Na primeira seção, apresentamos as idéias da teoria neoclássica a respeito do conceito de capital, da mensuração do produto marginal do capital e das teorias da distribuição, investimento e crescimento. Na segunda seção, passamos para as críticas à teoria neoclássica, que compuseram a chamada *Controvérsia do Capital*. Buscamos mostrar aqui como Samuelson (1962), ao defender a teoria neoclássica, precisa adotar a mesma hipótese que resolveria o problema da transformação dos valores em preços de produção na teoria do valor trabalho. Ou seja, buscaremos mostrar que as dificuldades enfrentadas pela teoria do valor trabalho não foram resolvidas pela concepção neoclássica, basicamente porque o lado da oferta da tesoura marshalliana trouxe de volta o plano objetivo da produção para a teoria dos preços, tirando-a assim da concepção puramente subjetiva de utilidade marginal, e trazendo de volta problemas teóricos presentes nos economistas clássicos. Na terceira seção, discutimos os conceitos de valor, dinheiro e capital em Marx, para entender sua solução para o problema da transformação, e para mostrar como essa solução passa necessariamente por ver o capital como um objeto social – e não como um mero fator de produção, um objeto físico - e só pode ser compreendida por uma mudança na concepção lógica, saindo dos limites da lógica formal para a abordagem dialética.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

1) Controvérsia do Capital

2) Problema da transformação

3) dialética

Área ANPEC: 1 – Metodologia, História e Economia Política

Classificação JEL: B20, B40, B51

## **A REFLECTION ABOUT THE CONCEPT OF CAPITAL REVISITING CAMBRIDGE CONTROVERSIES**

In this paper we analyze the concept of capital, using as starty point the Cambridge Controversies in the theory of capital. In the first section, we present neoclassical views regarding the concept of capital, mensuration of marginal product of capital and the theories of distribution, investment and growth. In the second section, we discuss the criticisms to neoclassical theory, which had comprised the *Controversy of Capital*. We try to show that Samuelson (1962), in defense of neoclassical theory, has to adopt the same hypothesis that would solve the transformation problem of values in prices of production in theory of labor value. We argue that the difficulties in the theory of labor value remains in neoclassical theory, because the supply side of marshallian theory brought back the objective production side to theory of prices, taking out the purely subjective conception of marginal utility, bringing in again theoretical problems congenial to classical economists. In the third section, we analyze the concepts of value, money and capital in Marx, to understand his solution to the transformation problem, and to show that this solution requires to see capital as a social objet – and not as a mere factor of production (a physical object) – and can be understood only whith a change in logical conception, goingbeyond the limits of formal logic to engage in a dialectical approach.

## **KEY WORDS:**

1) Capital Controversy

2) Transformation Problem

3) Dialectic

JEL Classification : B20, B40, B51

# UMA REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE CAPITAL A PARTIR DA CONTROVÉRSIA DE CAMBRIDGE

Rodrigo Alves Teixeira<sup>1</sup>

## Introdução

A controvérsia do capital originou-se, como se sabe, a partir de uma crítica de Joan Robinson (Robinson, 1953) à idéia neoclássica de mensurar o capital agregado de uma economia, que consiste em máquinas e equipamentos heterogêneos, para a partir daí obter o “produto marginal do capital”, que deveria corresponder à remuneração do capitalista, ou seja, à taxa de lucro ou de juros. A partir da hipótese de produto marginal decrescente do capital, a teoria neoclássica desenvolveu uma teoria da distribuição de renda e uma teoria do crescimento econômico, que nos modelos *a la* Solow depende da quantidade de capital por trabalhador.

A chamada revolução marginalista já havia se encarregado de encontrar uma teoria do valor para substituir a teoria do valor trabalho, que continha dois inconvenientes. O primeiro é a teoria da exploração, desenvolvimento inevitável de uma teoria que fundamenta o valor das mercadorias no tempo de trabalho necessário à sua produção. A teoria do valor utilidade, baseada no conceito de utilidade marginal que foi desenvolvido de forma independente por Jevons, Menger e Walras, foi assim uma saída para as implicações políticas da teoria do valor trabalho, indo ao encontro da noção positivista de que a ciência deve ser “neutra”. O segundo inconveniente eram as dificuldades teóricas da teoria do valor trabalho. Estas dificuldades derivam do conhecido *problema da transformação dos valores em preços de produção*. Como se sabe, uma vez que a concorrência promove a igualdade das taxas de lucro, para que os preços das mercadorias correspondam aos seus valores, seria preciso que as relações entre capital constante e capital variável (a que Marx chama de composição orgânica do capital) fossem iguais em todos os setores da economia.

Ricardo percebeu este problema mas considerou-o de pequena importância. Marx, como se sabe, coloca explicitamente esta questão dos desvios dos preços de produção com relação aos valores das mercadorias, considerando-a como uma redistribuição da mais-valia para que as taxas de lucro se igualem, embora o valor total corresponda aos preços totais das mercadorias. Entretanto, Marx foi muito criticado exatamente porque toda sua obra se baseia numa teoria do valor trabalho, segundo a qual os preços das mercadorias deveriam corresponder aos seus valores (que são determinados pelo tempo de trabalho necessário à produção) e ao final esta teoria teria sido negada pelo próprio Marx.<sup>2</sup>

A teoria do valor utilidade, na busca de substituir a teoria do valor trabalho, retirou da cena o campo objetivo da produção na determinação dos preços, colocando em seu lugar o plano subjetivo da atribuição de utilidade<sup>3</sup> pelos indivíduos. Entretanto, o plano da produção volta a ocupar um espaço a partir de Marshall, que coloca então a teoria da determinação dos preços em seus moldes neoclássicos: a utilidade marginal dá origem à curva de demanda pelos bens, ao passo que o custo marginal de produção dá origem à sua curva de oferta. Os preços dos bens são determinados então pelo encontro entre as duas curvas.

A teoria neoclássica coloca a distribuição da renda como uma questão técnica: a remuneração dos fatores de produção se iguala ao valor do seu produto marginal. Assim, a teoria da exploração

---

<sup>1</sup> Doutorando em Teoria Econômica pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP e Analista do Banco Central do Brasil. Endereço eletrônico: [rodteix@usp.br](mailto:rodteix@usp.br)

<sup>2</sup> Veremos na terceira seção o caráter desta negação da lei do valor.

<sup>3</sup> Cabe esclarecer aqui que a teoria do valor utilidade não é um resgate da noção de valor de uso presente na análise clássica. O valor de uso de uma mercadoria, no sentido dos economistas clássicos, guardava relação com as propriedades físicas do objeto, para que ele serve, não com o prazer subjetivo que ele proporciona.

ou da extração de excedente desaparece, já que o trabalho é tratado não como o fundamento do valor de troca, mas como mero fator de produção, ao lado do capital. Os trabalhadores não são explorados: eles recebem exatamente a parcela com a qual contribuem para o produto.

As críticas de Cambridge (UK) contra Cambridge (USA) vieram minar a base de sustentação dos argumentos neoclássicos tanto na teoria da distribuição quanto na do crescimento econômico, contida no modelo de Solow. Estes ataques partem da consideração do conceito de capital na teoria neoclássica, que seria um mero fator de produção, ou seja, uma grandeza física. Entretanto, exceto num mundo abstrato de um único bem, ao se mensurar coisas tão heterogêneas, seria preciso ter os preços dos diversos bens de capital para obter sua produtividade marginal. Com isso, entretanto, surge uma circularidade: a taxa de lucro e a de juros, que seriam determinadas a partir da produtividade marginal do capital, não podem ser conhecidas sem se conhecer os preços dos bens de capital, mas estes, por sua vez, também dependem da taxa de lucro. Para resolver esta circularidade, como veremos, seria preciso fazer uma hipótese muito forte, aliás a mesma que garantiria que os valores correspondessem aos preços de produção na teoria do valor trabalho: a de que a relação capital/trabalho (ou, em termos marxianos, a relação capital constante e variável, ou seja, a composição orgânica do capital) seja igual em todos os setores, ou então, o que equivale a isto, restringir-se, como faz Ricardo no seu famoso *Ensaio sobre o Cereal*, voltar aos modelos de um único bem. Quando as intensidades de capital diferem entre os setores, ocorre também o problema do duplo-desvio de técnicas, que quebram os postulados neoclássicos a respeito da relação entre produto marginal do capital, investimento e taxa de juros.

É interessante notar, portanto, que após tantas voltas para fugir dos problemas da teoria do valor trabalho, a teoria neoclássica tenha que adotar as mesmas hipóteses que seriam necessárias para “salvar” aquela teoria. No campo dos defensores da teoria do valor trabalho, como se sabe, Sraffa encontrou uma solução teórica para este problema, conseguindo encontrar uma mercadoria cujo valor independesse da distribuição, ou seja, uma medida invariável do valor. Sendo, entretanto, esta mercadoria e portanto esta solução puramente teórica, o problema real continua existindo.

A busca de Sraffa está assentada numa visão de que a validade da teoria do valor trabalho como fundamento teórico depende da solução do problema da transformação dos valores em preços, ou seja, depende da solução da contradição entre o fundamento e a realidade fenomênica. Nossa posição, contudo, vai no sentido contrário: Marx não vê a negação da lei do valor como uma contradição teórica, mas como uma contradição real. O problema, então, não está na teoria do valor trabalho, afinal, a teoria neoclássica se depara com o mesmo problema. O problema está na concepção lógica e metodológica que supõe que a contradição existe apenas no discurso, e não na própria realidade. Por isto, buscaremos apresentar uma leitura dialética do tratamento que Marx dá a esta questão no livro III de sua obra *O Capital*.

Este trabalho divide-se em 4 seções, além desta introdução. Na primeira seção, apresentamos as idéias da teoria neoclássica a respeito do conceito de capital, da mensuração do produto marginal do capital, da teoria da distribuição e do investimento (crescimento). Na segunda seção, passamos para as críticas às teorias neoclássicas do crescimento e da distribuição, a partir da pergunta de Joan Robinson sobre o que seria o “K” da função de produção de Solow, que compuseram a assim chamada *Controvérsia do Capital*. Buscaremos mostrar aqui como Samuelson, ao defender a teoria neoclássica, precisa adotar a mesma hipótese que resolveria o problema da transformação dos valores em preços de produção na teoria do valor trabalho. Ou seja, buscaremos mostrar que as dificuldades enfrentadas pela teoria do valor trabalho permanecem na concepção neoclássica, basicamente porque o lado da oferta da tesoura marshalliana trouxe de volta o plano da produção para a teoria dos preços, tirando-a assim da concepção puramente subjetiva de utilidade marginal, e trazendo de volta a problemática dos economistas clássicos. Na terceira seção, discutiremos os conceitos de valor, dinheiro e capital em Marx, para nos voltarmos à forma como Marx vê a questão do problema da transformação, e como esta solução passa necessariamente por

ver o capital como um objeto social, não como um mero fator de produção, um objeto físico, e por uma mudança de registro lógico, a partir da dialética. Na quarta seção, apresentaremos as conclusões.

## **I – A produtividade marginal do capital e as teorias neoclássicas da distribuição e do crescimento**

Em 1893, John Bates Clark publicou sua obra *The distribution of Wealth*, na qual defendeu a teoria da distribuição segundo a produtividade marginal, que a partir daí tornou-se a teoria da distribuição neoclássica. Esta teoria colocou a distribuição como uma questão técnica, e não política. Assim, a noção de exploração com a extração do excedente no sistema econômico – como aparece implicitamente em Ricardo e de forma explícita em Marx – deu lugar a uma noção segundo a qual cada agente econômico recebe de acordo com sua contribuição para o produto: o trabalhador recebe um salário que se iguala ao valor do produto marginal do seu trabalho e o capitalista recebe o valor do produto marginal do capital. Para mensurar os produtos marginais, supõe-se uma função de produção para uma técnica dada, na qual os dois “insumos”, capital e trabalho, são combinados de infinitas maneiras diferentes, numa curva contínua. Assim, mantendo fixa a quantidade de capital e variando a quantidade de trabalho, pode-se obter a curva de produtividade marginal do trabalho, que mostra quanto uma unidade incremental de trabalho adiciona ao produto final. Analogamente, obtém-se a curva da produtividade marginal do capital, derivando a função de produção com relação ao capital para um dado estoque do insumo trabalho.

A hipótese que está por trás deste raciocínio é que a produtividade marginal dos fatores de produção é decrescente, ao menos a partir de determinado ponto. Assim, quanto maior o estoque de capital, mantido constante o estoque de trabalho, menor será o produto marginal do capital. O capitalista tem incentivo a ampliar a quantidade de capital na produção enquanto o valor do produto marginal do capital for maior que a taxa de lucro do mercado (remuneração do capital fixo). Esta expansão continua até que este se iguala à taxa de lucro de mercado, e a partir daí, o produto marginal do capital passa a ser menor que a taxa de lucro e, portanto não há incentivos para o capitalista continuar a ampliar a quantidade de capital. O equilíbrio se dá, portanto, quando o produto marginal do capital se iguala à taxa de lucro<sup>4</sup>. Assim, na teoria neoclássica a taxa de lucro aparece como refletindo apenas as condições técnicas de produção.

A teoria do crescimento econômico, com o modelo de Solow e seus derivados, segue um raciocínio análogo. O aumento do estoque de capital por trabalhador aumenta o produto de um país, mas a taxas decrescentes. Esta relação se amplia até que a taxa de crescimento econômico se iguala à taxa de crescimento da população. Assim, chega-se a um equilíbrio de *steady state* (estado estacionário), em que a renda per-capita fica constante (sendo alterada por mudanças na taxa de poupança, da taxa de crescimento populacional, ou ainda por mudanças tecnológicas).

Há que se destacar ainda outra relação importante que surge desta teoria, que é a relação entre a razão capital-trabalho e a taxa de juros, ou seja, a ligação entre o lado real e o monetário da economia. Primeiro, vamos expor a concepção de Irving Fisher (1907)<sup>5</sup>, que buscou unir sua teoria dos juros com a teoria da produtividade marginal neoclássica. Para Fisher, em equilíbrio, a taxa de lucro da economia deveria igualar a taxa de juros. Sua explicação segue o argumento neoclássico: como o produto marginal do capital é decrescente, e o capitalista tem tanto a opção de usar seu capital (entendido agora como um fundo monetário) para comprar máquinas (capital físico) como para emprestá-lo a juros, só faz sentido expandir o estoque de capital (e a relação capital-trabalho)

---

<sup>4</sup> O mesmo raciocínio pode ser usado para o trabalho, e o equilíbrio se estabelece quando o valor do produto marginal do trabalho se iguala ao salário vigente.

<sup>5</sup> Na verdade, a concepção que apresentamos aqui é apenas uma das que Fisher apresenta em seu livro como sendo iguais, mas que Pasinetti (1969) mostra serem diferentes.

se a taxa de lucros (retorno sobre o capital investido na produção) for maior que a taxa de juros (retorno sobre capital monetário emprestado). Assim, se a taxa de lucro for maior que a taxa de juros, há incentivo para se ampliar o estoque de capital; se ela for menor, há incentivos para se reduzir o estoque de capital. O equilíbrio ocorre, portanto, quando as duas taxas são iguais (abstraindo-se os riscos).

Assim, ao longo desta exposição, quando nos referirmos à teoria neoclássica, utilizaremos indistintamente a taxa de juros ou a taxa de lucros como devendo ser, em equilíbrio, iguais ao valor do produto marginal do capital.

Qual a relação que se deriva desta teoria dos juros? É que taxas de juros maiores devem estar relacionadas sempre a menores volumes de capital por trabalhador, ou seja, a técnicas menos intensivas em capital, e taxas de juros mais baixas estão associadas a técnicas mais intensivas em capital. É o que expressa, no modelo IS-LM, a curva IS, na qual o nível de produto e investimento são negativamente relacionados com a taxa de juros. A cada taxa de juros está associada apenas uma técnica, que é menos intensiva em capital e gera menor produto à medida que a taxa de juros se eleva.

Como veremos na próxima seção, porém, esta relação depende de uma hipótese muito forte, de que as relações capital-trabalho em todos os setores da economia sejam iguais, ou, o que dá no mesmo, que exista um único bem na economia. O debate sobre o “duplo-desvio” veio minar esta idéia neoclássica de uma relação estável entre intensidade de capital nas técnicas (e, correspondentemente, nível de produto) e taxas de juros.

## II - A Controvérsia do Capital: fragilidade das teorias neoclássicas da distribuição e do crescimento

Em uma teoria como a do equilíbrio geral, em que toda a economia é vista sob a ótica das trocas, incluindo a teoria da produção – que é interpretada como teoria das “trocas” (escolhas) entre técnicas, torna-se difícil lidar com os conceitos de capital e acumulação.

A dificuldade apontada se verifica porque o arcabouço neoclássico, voltado para uma análise sob a perspectiva da **alocação de recursos escassos**, parte de um produto dado, e mesmo quando trata da produção, parte-se dos insumos como dados (e então a produção torna-se a alocação de insumos escassos), sendo que, assim, a teoria já está previamente voltada para análises estáticas e não para a dinâmica da sociedade capitalista, sua re-produção. Assim, quando trata da produção, tal teoria deixa passar despercebido o fato de que o próprio capital (que nesta ótica são as máquinas e equipamentos, ou seja, uma dada quantidade física de um determinado tipo de bens) deve ser produzido, não cai do céu direto para as curvas de isoquanta. Esta é a raiz do problema da circularidade na explicação da taxa de lucro.

Quando temos uma economia em que há mais de um bem, é necessário ter os preços destes para calcular o estoque de capital em valor, e não em unidades físicas. E quando os bens de capital são produzidos, ou seja, quando não caem por passe de mágica nas curvas de isoquanta, o seu preço passa a depender da taxa de lucro. Assim, como não dá para se agregar bens de capital heterogêneos senão pelo seu valor, ou seja, pelo somatório dos produtos de suas quantidades físicas pelo preço individual de cada bem de capital, o próprio produto marginal do capital, para ser conhecido, depende do preço dos bens de capital e, portanto, precisa que se conheça previamente a taxa de lucro para ser calculado. O produto marginal do capital não pode ser, portanto, visto como determinante da taxa de lucros sem se pensar em círculos.

Para mostrar que é apenas em uma situação particular que o valor do produto marginal do capital se iguala à taxa de lucro (juros) e também para mostrar o fenômeno do desvio de técnicas, Scott Moss (1980) apresenta um modelo simples, baseado numa *basic commodity*, ou seja, uma

mercadoria que serve como bem de capital, que entra na produção de todos os bens da economia, incluindo sua própria produção. A descrição do modelo é feita abaixo:

- há um número conhecido de máquinas e trabalhadores para produzir uma unidade do bem de consumo, e um número diferente de ambos para produzir uma máquina;
- os lucros saem do valor do estoque de máquinas a uma taxa competitiva;
- os valores são expressos em termos do bem de consumo, que serve portanto como numerário da economia.

As variáveis do modelo são:

p – preço da máquina

w – salário

r – taxa de lucro

y – produto por trabalhador

$\alpha$  - número de máquinas necessárias para produzir 1 bem de consumo

$\beta$  - número de trabalhadores necessários para produzir 1 bem de consumo

a – número de máquinas necessárias para produzir 1 máquina

b – número de trabalhadores necessários para produzir 1 máquina

k – valor do estoque de capital por trabalhador

A variável k está em valor exatamente para evitar o problema da agregação de bens de capital heterogêneos que existem no mundo real (apesar de o modelo ter apenas um bem de capital).

Assim, Moss desenvolve as equações de preço desta economia:

Bem de consumo:  $1 = \alpha pr + \beta w$ , em que o primeiro termo do segundo membro é a remuneração do capitalista e o segundo é a folha de salários do setor de bens de consumo.

Bem de capital (máquina):  $p = apr + bw$

Resolvendo ambas as equações de preço para p e igualando, obtemos a seguinte expressão:

$$\frac{1 - \beta w}{\alpha r} = \frac{bw}{1 - ar}$$

E, colocando o salário como função da taxa de lucro, obtemos a fronteira dos preços de fatores:

$$w = \frac{1 - ar}{(\alpha b - a\beta)r + \beta}$$

Chamando de m a relação entre as intensidades de capital nos dois setores, ou seja:

$$m = \frac{\alpha / \beta}{a / b}$$

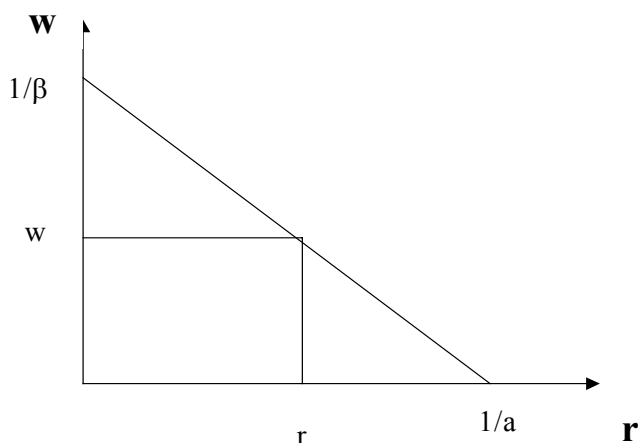
E substituindo na fronteira, obtemos:

$$w = \frac{1 - ar}{a\beta(m - 1)r + \beta}$$

O que ocorre com a fronteira lucros-salários se  $m$  é igual a 1, ou seja, se todos os setores têm a mesma intensidade de capital? A fronteira será uma linha reta:

$$w = \frac{1}{\beta} + \frac{a}{\beta}r$$

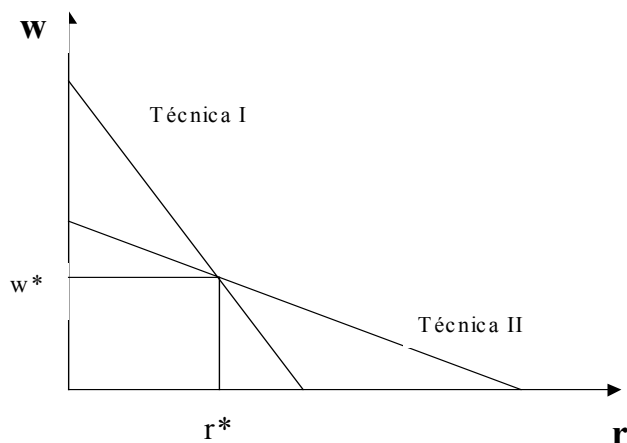
**Gráfico I**



Considerando a economia em estado estacionário, então não há produção de máquinas e todo o produto é composto pelo bem de consumo, ou seja, o produto por trabalhador ( $y$ ) é igual a  $1/\beta$ . O bem de capital não é portanto produzido, ele existe como uma dotação inicial de insumos. Como todo o produto é dividido entre lucros e salários, então temos:  $y = rk + w$ . Rearranjando, temos que o estoque de capital por trabalhador é:  $k = (y - w)/r = [(1/\beta) - w]/r$ , já que  $y = 1/\beta$ . Ou seja, a inclinação da função lucros-salários expressa a intensidade de capital da técnica produtiva, ou seja, a relação capital/trabalho ( $k$ ). É fácil ver ainda que  $k = (1/\beta)/(1/a) = a/\beta$ .

Suponhamos agora que haja duas técnicas, uma mais intensiva em capital que a outra. Teremos a seguinte situação:

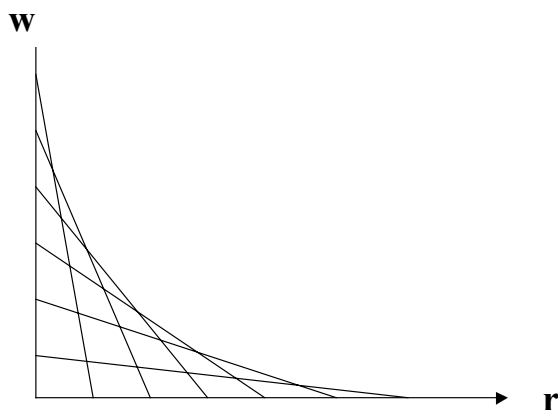
**Gráfico 2**



A técnica I mais intensiva em capital que a técnica II. Assim, os capitalistas maximizadores utilizarão a técnica I para níveis de salário alto (maiores que  $w^*$ ), e a técnica II para níveis de salário mais baixos (menores que  $w^*$ ). Ou seja, as técnicas mais intensivas em capital (técnica I) serão utilizadas a taxas menores de lucro. O ponto de cruzamento entre as técnicas é o chamado ponto de desvio.

Com infinitas técnicas com fronteira linear ( $m = 1$ ), a linha dos pontos de desvio torna-se convexa:

**Gráfico 3**



Esta hipótese de que  $m=1$  foi exatamente a hipótese utilizada por Samuelson (1962) para fugir dos ataques direcionados à teoria neoclássica. Vejamos o porquê. A questão colocada por Joan Robinson, sobre o que seria o  $K$  da função de produção de Solow, conduz à necessidade de calcular o estoque de capital da economia como uma medida em valor, não em quantidades físicas, pois na economia real há diversos bens, que não podem ser somados em termos físicos. A não ser, é claro, que se esteja dentro dos estreitos limites de um modelo de um único bem, como o fez Ricardo. As conclusões deste modelo de um único bem, entretanto, como veremos, não pode ser estendida sequer a um modelo com dois bens, ou seja, quando se sai da hipótese de um estado estacionário no qual o bem de capital deve ser também produzido (a menos que se considere que o bem de capital e o bem de consumo são o mesmo bem).

Assim, para que seja válida a teoria que busca explicar a taxa de lucro e a distribuição como uma questão técnica, ou seja, pela produtividade marginal do capital, é necessário, para que não haja circularidade, que o preço do bem de capital seja independente da taxa de lucro. É fácil mostrar que é a hipótese de que  $m = 1$  que garante que o preço do bem de capital seja independente da taxa de lucro. Assim, se resolvermos o sistema de equações de preço apresentado anteriormente por Moss para o salário ( $w$ ) e igualando:

$$\frac{1 - apr}{\beta} = \frac{p(1 - ar)}{b}$$

Resolvendo para  $p$ , teremos:



$$p = \frac{b}{(\alpha b + a\beta)r + \beta}$$

Substituindo novamente a relação entre as intensidades de capital nos setores (m), teremos:

$$p = \frac{b}{a\beta(m-1)r + \beta}$$

Calculando a derivada do preço do bem de capital com relação à taxa de lucros (r):

$$\frac{\partial p}{\partial r} = - \frac{\alpha\beta b(m-1)}{[\alpha\beta(m-1)r + \beta]^2}$$

Assim, como podemos ver, o preço do bem de capital independe da taxa de lucros quando  $m=1$ , é negativamente relacionado com a taxa de lucros se  $m>1$ , ou seja, se o setor de bens de consumo é mais intensivo em capital, e é positivamente relacionado com a taxa de lucros se  $m<1$ , ou seja, se o setor de bens de capital é mais intensivo em capital que o de bens de consumo.

Para  $m$  diferente de 1, portanto, não vale a teoria da produtividade marginal para explicar a distribuição da renda, não há, pois, como se explicar a taxa de lucro a partir da produtividade marginal do capital, pois esta é calculada a partir do preço do capital que depende da taxa de lucro.

Assim, ao tentar contornar os problemas oriundos do fato de que na realidade há muitos bens de capital heterogêneos e que mensurar o  $K$  da função de produção exige que ele esteja medido em unidades monetárias, Samuelson adotou uma hipótese que implica, no fundo, a voltar a uma economia de um único bem. Ele reintroduz pela porta dos fundos o que havia retirado (por pressões de críticos como Joan Robinson) pela porta da frente.

Acabamos de discutir o problema da circularidade na teoria neoclássica da taxa de lucro, quando se foge do restrito caso de uma economia com um único bem ou na qual a produção de todos os bens tem a mesma relação capital-trabalho. Vamos tratar agora do fenômeno do duplo-desvio, outro obstáculo lógico que restringe ainda mais a aplicabilidade da teoria neoclássica, não apenas de sua teoria da distribuição, mas também da *teoria do investimento e do crescimento*, que supõe uma produtividade marginal decrescente do capital e, assim, propõe que técnicas mais intensivas em capital estejam associadas a baixas taxas de lucro ou juros.

Sabemos que, se  $m = 1$ , a fronteira de preços de fatores coincide com a fronteira das participações distributivas ( $K/L$ ), ou seja, é uma linha reta. Como fica a fronteira de preços de fatores nas duas situações em que  $m>1$  e  $m<1$ ?

Para ilustrar isto, voltemos a uma relação anterior do modelo de Moss em que expressamos o salário em função dos lucros:

$$w = \frac{1 - ar}{a\beta(m-1)r + \beta}$$

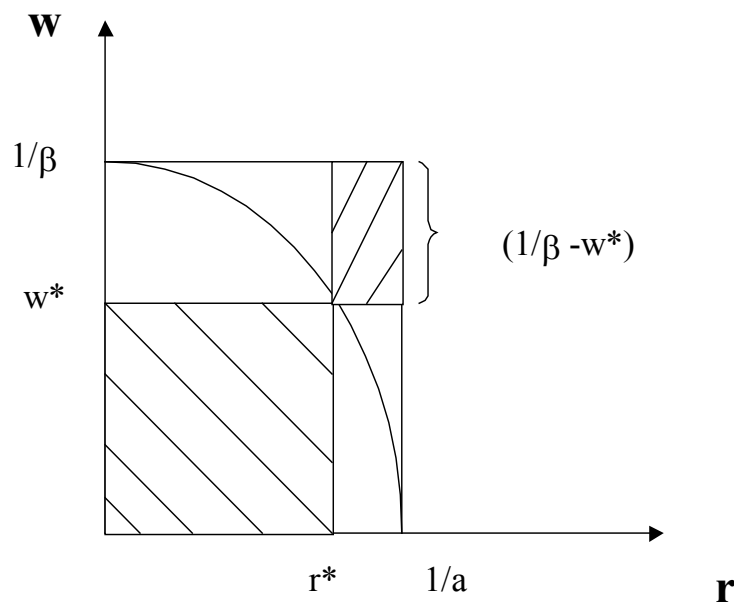
Resolvendo para  $m$ , temos:

$$m = \frac{1 - \beta w - ar + a\beta wr}{a\beta wr}$$

Dividindo numerador e denominador no segundo membro por  $\alpha/\beta$ :

$$m = \frac{[(1/\beta) - w][1/a - r]}{wr}$$

**Gráfico 4**



Como podemos ver, o numerador é o retângulo acima e à direita no gráfico, enquanto o denominador é o retângulo abaixo e à esquerda. Quando  $m$  é menor que 1, o retângulo da direita é menor que o da esquerda, ou seja, a fronteira é côncava (gráfico 4). Quando  $m$  é maior que 1, ocorre o contrário, e a fronteira é convexa. Quando  $m=1$ , ambos os retângulos são iguais e, portanto, temos uma fronteira em linha reta.

A partir destes dois formatos de fronteira de preços de fatores, podemos ter dois efeitos interessantes:

- 1)  $m > 1$  (o setor de bens de consumo é mais intensivo em capital): efeito preço-Wicksell positivo, segundo o qual altas relações capital trabalho estão associadas a taxas de lucro mais baixas.
- 2)  $m < 1$  (o setor de bens de capital é mais intensivo em capital que o de bens de consumo): efeito preço-Wicksell negativo, segundo o qual relações capital-trabalho mais altas estão associadas a

taxas mais altas de lucro. Este caso vai de encontro à teoria da produtividade marginal, que supõe uma relação estável entre taxas de lucro mais baixas com técnicas mais capital-intensivas.

Assim, a existência do efeito preço-Wicksell, por si só, independentemente de ser positivo ou negativo, já impõe um obstáculo lógico à teoria neoclássica dos lucros, visto que ele significa que o preço do bem de capital depende da taxa de lucro.

Tratemos agora do fenómeno do duplo-desvio. Este problema surge quando estamos diante do problema de escolher entre técnicas alternativas. Sob a hipótese de Samuelson, de que a fronteira de preços de fatores é uma linha reta, há apenas um ponto de desvio entre duas técnicas que diferem entre si pela intensidade de capital, como vimos no gráfico 2.

A taxas de lucro mais baixas que  $r^*$  (que é a taxa no ponto de desvio), a técnica I, mais intensiva em capital e por isto com coeficiente angular maior (lembrando que o coeficiente angular é  $k = K/L$ ), é a melhor, pois apresenta nível mais elevado de produto (maiores salários para uma dada taxa de lucro). A taxas de lucro mais altas que  $r^*$ , a técnica II, menos intensiva em capital, é agora a que atinge maior nível de produto.

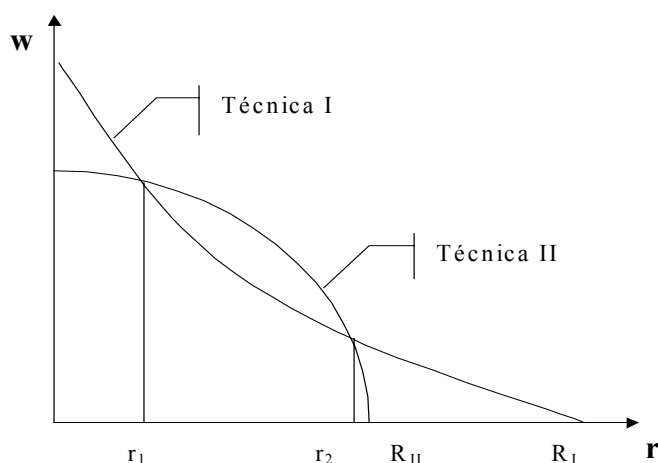
Com infinitas técnicas, produz-se um conjunto de técnicas eficientes que é convexo, como vimos no gráfico 3.

Assim sob a hipótese de homogeneidade da intensidade de capital nos setores, valem então os três postulados neoclássicos:

- 1) técnicas podem ser ordenadas transitivamente segundo as taxas de lucro às quais são eficientes;
- 2) técnicas intensivas em capital são utilizadas a baixas taxas de lucro;
- 3) a taxa de lucro é igual ao produto marginal do capital.

Observemos o que ocorre com os postulados acima quando nos deparamos com técnicas com fronteiras de preços de fatores em que os setores têm diferentes composições entre capital e trabalho. A figura abaixo apresenta duas técnicas, uma com a fronteira convexa ( $m > 1$ , ou setor de bens de consumo mais intensivo em capital que o de bens de capital) e outra com fronteira côncava (o contrário).

**Gráfico 5**



Como podemos ver, a técnica I é mais eficiente a taxas de lucro menores que  $r_1$ , a partir daí, a técnica II torna-se mais eficiente até a taxa  $r_2$ , a partir da qual ocorre um duplo-desvio entre elas, ou o retorno da técnica I, que havia sido abandonada. Este fenómeno quebra o primeiro postulado, pois não há um ordenamento transitivo das técnicas às taxas de lucro.

Além disso, em  $r_2$ , no retorno da técnica II para a técnica I, esta passagem implica a mudança de uma técnica menos intensiva para uma mais intensiva em capital simultaneamente a um aumento da taxa de lucro, ou seja, temos um efeito preço-Wicksell negativo, com o que se quebra também o segundo postulado. Assim, a não ser nos limites estreitos de uma economia com um único bem, não se pode traçar uma curva IS, já que além de não haver ordenamento entre as técnicas segundo as taxas de juros (lucros), também não é certa uma relação negativa entre investimento (ou seja, aumento da intensidade do capital) e taxas de juros, com o que fica comprometida, assim como a teoria da distribuição da renda, a teoria do crescimento econômico neoclássica.

Já quanto ao terceiro postulado, Scott Moss mostra que ele só é válido nos pontos de desvio, em que  $r$  e  $w$  são iguais para ambas as técnicas. De fato, nos pontos de desvio temos:

$$\begin{aligned} y_1 &= rk_1 + w \\ y_2 &= rk_2 + w \end{aligned}$$

Assim, resolvendo o sistema para a taxa de lucro, temos:

$$r = (y_1 - y_2) / (k_1 - k_2) = \Delta y / \Delta k$$

Esta expressão nos diz que a taxa de retorno no ponto de desvio mostra o acréscimo de produto ( $\Delta y = y_1 - y_2$ ) proporcionado por um acréscimo marginal na intensidade de capital ( $\Delta k = k_1 - k_2$ ), o que é exatamente a definição de produto marginal do capital.

Assim, a outra “solução” apresentada contra as críticas à teoria neoclássica da distribuição, apontada por Bhaduri (1969), que é o **índice em cadeia do capital**, de Champernowne (1953), nada mais faz que situar as técnicas sobre os pontos de desvio, quando propõe ordenar métodos em cadeia de forma que quaisquer duas técnicas consecutivas sejam igualmente lucrativas a uma **dada taxa de lucro**, mantendo a validade da teoria neoclássica dentro de limites muito estreitos.

Badhuri (1969) também faz uma crítica à teoria da distribuição neoclássica, ainda mais simples, a partir da equação da distribuição da renda:

$$Y = rK + wL$$

Na equação acima,  $Y$  é o produto,  $K$  e  $L$  são respectivamente as quantidades de capital e trabalho, e  $r$  e  $w$  são respectivamente a taxa de lucro e o salário. Dividindo esta equação por  $L$ , obtém-se os valores por trabalhador:

$$y = rk + w, \quad y = Y/L, \quad k = K/L$$

Fazendo o diferencial total desta função, temos:

$$dy = r.dk + k.dr + dw$$

É fácil notar que o produto marginal do capital,  $dy/dk$ , só se iguala à taxa de lucro  $r$  se  $k.dr + dw = 0$ , ou seja, se  $-dw/dr = k = K/L$ . Esta última expressão significa que a fronteira dos preços de fatores é igual à relação entre as participações dos fatores na produção, ou seja, é uma linha reta, que é a hipótese feita por Samuelson, como vimos anteriormente.

Lembrando que este problema só se apresenta para a teoria da produtividade marginal quando supõe-se haver mais de um bem na economia, a hipótese de  $m = 1$  na verdade é equivalente a voltar para um modelo com um único bem (como no *Ensaio sobre o Cereal* de Ricardo), em que o mesmo bem pode ser consumido ou utilizado como bem de capital para produção futura.

Também muito curioso é o fato de que o problema da transformação dos valores em preço, na teoria do valor trabalho, com o qual se defrontou Ricardo e também Marx, aparecia exatamente quando se considerava que os diferentes setores da economia apresentavam diferentes composições orgânicas do capital, ou seja, diferentes intensidades do capital por trabalhador (m diferente de 1). É interessante que Samuelson tenha utilizado uma hipótese que é a mesma que garantiria que os valores se igualariam aos preços na teoria do valor trabalho, que foi criticada por muitos neoclássicos exatamente pelo fato de que os preços de produção se desviam dos valores, e assim esta teoria não serviria para explicar os preços (o que para os neoclássicos parece ser o objetivo principal da teoria econômica).

Bhaduri vê como problema fundamental da teoria neoclássica a idéia de tratar o capital como um fator de produção, um conceito técnico, e não como uma relação social. Assim, como Sraffa já mostrou, em um sistema de produção de mercadorias por meio de mercadorias, vale dizer, em um sistema econômico em que o próprio capital é produzido, não há como se determinar a distribuição do produto. A distribuição tem que ser dada fora do sistema. Assim, para os marxistas, esta distribuição é dada pelas condições da luta de classes. Entre os economistas clássicos, haviam as leis populacionais que mantinham o salário no nível de subsistência. Em vários modelos de Cambridge, o sistema é “fechado” com uma relação entre a taxa de lucro e a taxa de crescimento econômico, via Kalecki.

Assim, como aponta Bhaduri, o sistema de preços relativos tem um grau de liberdade e só é determinado quando se conhece ou a taxa de lucros ou a de salários, ou seja, a distribuição de renda é dada fora do sistema, e não por uma relação técnica, como na teoria neoclássica. A distribuição, para este autor, é dada pelas relações sociais de produção e, por este motivo, continua a ser uma questão de economia política. Na próxima seção, aprofundaremos esta noção de que o capital é um conceito social, não um fator de produção. Isto nos conduzirá, entretanto, a uma leitura da obra de Marx e dos problemas tratados até aqui com uma mudança de registro lógico, já que os limites de se tratar o capital como um mero fator de produção, uma variável, um objeto natural (praticamente uma questão de engenharia, como aparece na função de produção), não podem ser superados sem que se supere os limites da lógica formal no tratamento de conceitos sociais.

### **III - Sobre a contradição da lei do valor**

Como vimos até aqui, para resolver os problemas existentes em sua teoria da distribuição e do investimento, a teoria neoclássica, na figura de Samuelson, precisou utilizar a hipótese de que as intensidades de capital entre os setores são iguais, a mesma hipótese adotada por David Ricardo para manter a validade da teoria do valor trabalho, e sobre a qual houve muitas críticas que resultaram no abandono desta teoria pela ciência econômica. Os críticos da teoria neoclássica, na famosa controvérsia do capital, exploraram exatamente o irrealismo desta hipótese ao fazerem seus ataques, embora seu objetivo não fosse combater a teoria do valor trabalho. Entretanto, tanto a teoria neoclássica quanto os modelos que vimos de seus críticos de Cambridge (UK), partem da idéia de que o capital é um bem, uma coisa física (máquinas, equipamentos, etc).

Nesta seção, faremos uma exposição, baseada na leitura dialética de Marx feita por Ruy Fausto, a respeito da lei do valor em Marx. O objetivo é mostrar que os problemas apontados tanto na teoria neoclássica quanto na teoria do valor trabalho surgem exatamente em decorrência de se ver o capital como uma coisa física, e não como um objeto social e, portanto, com suas contradições reais. Cumpre elucidar, pois: 1) por que os objetos sociais podem ser contraditórios e 2) por que o valor é um objeto social e por que é contraditório.

Assim, não é apenas o fato de a distribuição ter um caráter social, como aponta Bhaduri, que limita a teoria neoclássica, mas o próprio fato de considerar o capital uma grandeza física (o que os críticos também fizeram), um mero insumo produtivo, da mesma forma como o faz com o trabalho,

e a partir daí buscar descobrir “leis naturais” de produção e distribuição, dentro do campo metodológico positivista e dentro dos limites da lógica formal.<sup>6</sup>

Defenderemos que o valor em Marx é um conceito social, assim como o capital, que surge a partir do valor, constituindo-se em um movimento infinito de valorização na passagem do dinheiro à mercadoria e da mercadoria ao dinheiro. Assim, quando o papel do dinheiro no sistema econômico deixa de ser apenas o de meio, ou seja, como medida dos valores e para facilitar a circulação de mercadorias (M – D – M) para constituir-se na própria finalidade da economia capitalista, a valorização do valor (D – M – D’), o dinheiro se transforma em capital e a contradição da lei do valor é então uma contradição objetiva, de um objeto social em movimento – que leva à constituição de um sujeito, o capital – e não meramente um problema teórico ou um defeito do pensamento. E é exatamente a existência do movimento o que traz a possibilidade da contradição ao conceito, o que para a lógica formal, cuja noção de conceito são as definições prontas, seria impossível.

Buscando mostrar a herança hegeliana de Marx, Fausto (1988) defende que Marx, seguindo Hegel na ruptura com a concepção das significações de Kant – que havia colocado um abismo entre o sujeito e o objeto, e que embasa a lógica formal – foi além da lógica da identidade e do discurso do entendimento, ou seja, da concepção usual das significações, baseada na lógica formal.

Assim, enquanto para Kant a posição é um atributo da coisa-em-si, que só cabe ao objeto, e a pressuposição (assim como a contradição) é um atributo do pensamento, isto é, do mundo do sujeito, para a dialética, tanto a de Marx quanto a de Hegel, sujeito e objeto estão intimamente ligados, com o que se admite tanto a existência da **posição subjetiva** – que o sujeito põe determinações, o pensamento não é pura subjetividade – quanto a existência de **pressuposições objetivas**, ou **objetos pressupostos**. Estes objetos pressupostos, por sua vez, podem ser de dois tipos:

- 1) objetos cujas determinações existem, mas eles mesmos não, pois falta a posição objetiva. Neste caso, temos o pressuposto como o possível, ou seja, o objeto não está posto, ele permanece apenas como pressuposição – o que remete à pré-história do objeto;
- 2) objetos cuja própria posição é uma negação de si mesmos, ou seja, quando ele se põe plenamente na realidade, o objeto se nega, ou seja, se põe como pressuposição. Aqui temos o posto como pressuposto, ou o posto como negado.

Como mostraremos nas duas subseções a seguir, o primeiro tipo de objeto pressuposto descreve a lei do valor no pré-capitalismo, e o segundo descreve-a no capitalismo.

### III.1 – Contradição da lei do valor no pré-capitalismo

Na terceira seção do texto *Sobre trabalho abstrato e valor*, Fausto (1983) discute o espaço histórico das categorias valor e trabalho abstrato no pré-capitalismo. Após ter defendido que, na seção sobre o fetichismo em *O Capital*, Marx está dizendo que não há valor nas sociedades em que não há troca (seja na ficção de Robinson Crusoe ou no comunismo primitivo), o autor entra num problema mais complicado e controverso, que é o da existência ou não do valor nas sociedades pré-capitalistas em que há troca.

Fausto escreve contra as críticas de Cornelius Castoriadis, que critica Marx escrevendo que ele nunca deu uma resposta única ao problema da existência do valor em tais sociedades, oscilando

<sup>6</sup> As colocações de Badhuri sobre o caráter social da distribuição devem ser estendidas para o caráter social da produção, que nos modelos apresentados anteriormente – que foram porém muito úteis para vermos as limitações da teoria neoclássica dentro de seu próprio campo – continua aparecendo como uma questão técnica, já que o capital e a força de trabalho são vistos como meros insumos produtivos. Esta era, de resto, a concepção de Ricardo, para o qual o problema da economia política era a distribuição, e a produção seria uma questão técnica. É Marx, como se sabe, que vai destacar o caráter social da produção capitalista, entendida aqui a produção como o conjunto da produção social da vida, não apenas como uma questão de engenharia.

entre três respostas: o valor existia no pré-capitalismo, o valor não existia, ou existia mas não aparecia. Fausto escreve que Castoriadis está certo quando diz que há passagens em que Marx emprega o termo valor falando do pré-capitalismo, e passagens em que ele escreve que só há valor no capitalismo. Castoriadis aponta então uma contradição, que ele atribui ao discurso de Marx. Fausto reconhece o mérito de Castoriadis em perceber esta contradição, mas mostra os limites deste autor que supõe, baseado numa lógica da identidade, no discurso do entendimento, que a contradição foi um defeito do discurso de Marx, quando na verdade, é exatamente a posição da contradição que confere o rigor do discurso do autor, pois adequado a um objeto também contraditório. Vejamos então porque o valor é um objeto contraditório.

Para Fausto, antes do capitalismo, o valor está presente, mas ao mesmo tempo não está presente. O valor no pré-capitalismo é então um objeto pressuposto, no sentido do pressuposto como o possível, pois falta a efetividade, ou seja, falta a posição efetiva do conceito, que é a existência social do conceito. Como tal, o valor é contraditório, pois ele ao mesmo tempo *é e não é*. Ele é no sentido de que suas determinações essenciais<sup>7</sup> estão postas, pois nas sociedades pré-capitalistas em que há troca os trabalhos concretos objetivados nos produtos já são, apesar de o serem apenas no momento da troca, tomados como indiferentes (o trabalho se põe como abstrato no momento da troca, embora não o seja na efetividade), e os produtos, que se fazem mercadorias apenas no ato da troca – pois o objetivo da produção ainda não é o mercado – já se trocavam segundo proporções que correspondiam ao tempo, ou melhor, aos tempos de trabalho gastos na produção. Mas o valor também *não é*, e por isto o plural na ressalva anterior (feita por Fausto) não aparece à toa: ele quer destacar que no pré-capitalismo não há um tempo social como força coercitiva que imponha um ritmo na produção, permanecendo assim as diferenças entre os tempos individuais e a casualidade dos valores pelos quais se trocavam as mercadorias, pois que ainda determinados pelo ritmo dos agentes da troca que têm o controle do processo de produção. Escreve Castoriadis: *“Para que a lei do valor trabalho se aplicasse a uma economia de simples produção de mercadorias [uma economia de produtores independentes, onde não existe pois o trabalho assalariado e o capital], seria preciso, por exemplo, que os sapateiros do sábado se tornassem alfaiates segunda feira, se eles constatassem no domingo que a taxa de câmbio calçados/roupas é favorável aos alfaiates e desfavorável a eles.”* (apud Fausto, p. 115). Assim, no pré-capitalismo o quantum de valor pelo qual se trocam as mercadorias se constitui ainda no próprio ato da troca, segundo os tempos individuais dos agentes da troca. Aqui o valor tem uma existência contingente, casual (depende da existência casual de excedentes que serão trocados), e portanto não tem existência social efetiva.

É quando, já no capitalismo, há um tempo socialmente estabelecido para a produção de mercadorias, quando há um ritmo que extingue os produtores (capitalistas) que não conseguem produzir com uma certa eficiência para competir com os seus concorrentes, quando o homem perde o controle do processo produtivo e torna-se o trabalhador, submetido ao tempo racionalmente calculado da fábrica, ao ritmo imposto pelas máquinas, aqui o valor se põe objetivamente, quando se acrescenta a posição às suas determinações, e quando ele deixa de ser apenas uma possibilidade, uma pressuposição, quando passa da contingência à efetividade. Isto ocorre então quando o capitalismo já realizou a redução dos trabalhos concretos ao trabalho abstrato, operando então a redução qualitativa que permite a comparação quantitativa dos valores das mercadorias. Aqui se pode falar efetivamente de “valores de mercado” das mercadorias, relações de troca socialmente determinadas antes mesmo do ato individual da troca, mas visando-o.

Assim, quando Marx emprega o termo valor falando do pré-capitalismo, ele o faz com legitimidade pois o valor está lá, ainda que apenas como conjunto de determinações, entre as quais falta a posição. É possível falar do valor ao olhar para as sociedades passadas pelo fato de a

---

<sup>7</sup> Falando da “economia de Robinson Crusóé”, na seção sobre o fetichismo no capítulo 1 de *O Capital*, escreve Marx: *“E todavia ela já contém todas as características [determinações – RT] essenciais do valor”* (Marx, 1985, p. 74).

sociedade mais desenvolvida ter possibilitado ver o embrião de suas formas sociais naquelas sociedades:

“A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada, da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação, etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior.” (Marx, 1978, p. 120).

Entretanto, se na passagem acima Marx destaca a possibilidade do uso da categoria valor para se estudar as sociedades passadas, ele escreve que deve-se ter cuidado para não utilizar tais categorias como se elas fossem conceitos gerais, parte de uma teoria geral da história, ou seja, como se tivessem posição efetiva em toda a história, o que leva a ignorar-se as diferenças:

“Se é certo, portanto, que as categorias da Economia burguesa possuem [caráter de - RAT] verdade para todas as demais formas de sociedade, não se deve tomar isto senão cum grano salis [ou seja, em sentido bem determinado, com cautela - RAT]. Podem ser desenvolvidas, atrofiadas, caricaturadas, mas sempre essencialmente distintas”. (op.cit)

O que Marx quer dizer aqui é que tais categorias eram apenas pressupostas nas sociedades passadas, ou seja, estavam lá mas não plenamente desenvolvidas, e por isto ao empregá-las deve-se ter o cuidado de perceber que elas existiam apenas como pressuposições, faltando-lhes a determinação posição.

A idéia de que a posição também é uma determinação está presente em Hegel e Marx. Ao contrário de Kant, para os dois autores o conjunto das determinações não esgota o conceito, que só ele mesmo se estiver posto.

É por isto que, na passagem acima, extraída da Introdução da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx diz que a sociedade mais desenvolvida (a sociedade burguesa) permite criar categorias que servem para estudar as sociedades passadas, pois as determinações essenciais dos objetos que estas categorias procuram rerepresentar já estavam presentes. Mas o discurso rigoroso deve levar em conta que elas estavam presentes como pressuposições, e portanto como negações, daí não se poder afirmar que tais categorias estiveram em toda a história, como fizeram os economistas clássicos ingleses mas também o marxismo vulgar. Deve-se pois aceitar, pôr a contradição, assumir que o objeto é contraditório e apreendê-lo enquanto tal, para não sofrer a contradição. Mas para isso é preciso sair dos limites da lógica formal e investir a dialética no estudo de tais objetos.

Acrescentemos ainda um comentário sobre a crítica de Marx a Aristóteles em *O Capital*, citada por Castoriadis, e que revela a relação entre as dialéticas de Hegel e Marx. Castoriadis vê um impasse quando Marx diz que Aristóteles não viu o valor pois era limitado pela sociedade em que vivia. Assim, ele aponta três possíveis respostas: 1) Aristóteles não via a identidade dos trabalhos concretos pelos preconceitos de sua época – e neste caso admite-se que o valor existia mas os preconceitos subjetivos de Aristóteles, cuja sociedade era baseada no trabalho escravo e portanto na diferença (que seria puramente subjetiva) entre os homens, não permitiram a ele perceber o valor; 2) ele não via o que estava lá, porém não aparecia ainda; 3) não via pois não havia nada para ser visto, já que a igualdade dos trabalhos humanos foi criada no e pelo capitalismo, e antes dele o valor não existia.

Como já acompanhamos com Fausto acima, a resposta é contraditória, pois o próprio objeto valor é contraditório: na sociedade grega o valor é e não é. Por que Aristóteles não pôde vê-lo? Não foi por preconceito subjetivo, pois a igualdade entre os homens, pensada no nível fisiológico, não tinha validade social na sociedade grega. Também não foi por uma limitação intelectual do grande



pensador, de resto muito respeitado por Marx. O limite não era subjetivo, mas objetivo: se para Hegel a determinação posição se confunde com a posição objetiva, para Marx, no que ele se separa deste autor, para que exista a posição pensada, é necessário que o próprio objeto tenha antes efetuado a passagem da pressuposição à posição, ou seja, é necessária a posição objetiva da coisa. E a posição objetiva é a existência social da coisa, o que no caso do valor só ocorre no capitalismo. Antes do capitalismo, portanto, as determinações do valor não têm validade social, elas só têm validade no pensamento, após a própria realidade objetiva do capitalismo ter possibilitado a construção do conceito de valor e percebê-lo como pressuposição nas sociedades passadas.

### III.2 – Contradição do valor no capitalismo: o problema da transformação dos valores em preços

Nesta seção, chegamos finalmente ao ponto onde poderemos mostrar como a dialética pode auxiliar na solução de problemas para os quais a lógica do entendimento não tem resposta satisfatória, como vimos nas seções anteriores: tanto a teoria neoclássica como a ricardiana teriam que adotar uma hipótese que limita a validade de suas conclusões a um mundo em que há um único bem e portanto não existe a moeda no sistema econômico. A solução teórica de Sraffa para o problema da transformação dos valores em preços de produção não nos parece satisfatória nem necessária, como argumentaremos aqui.

Castoriadis estende sua crítica também à existência do valor no capitalismo. Ele defende corretamente que a lei do valor não pode existir com o capital, pois a concorrência entre os capitalistas de ramos diferentes implica que as taxas de lucro se igualem, mas dadas as diferenças de composição orgânica do capital (diferenças na relação entre trabalho vivo e trabalho morto) entre os vários ramos, as taxas de mais-valia diferem e assim as mercadorias são vendidas não segundo seus valores, mas segundo os preços de produção. Para que as taxas de lucro se igualem, portanto, com diferentes composições orgânicas do capital, é necessário que os preços de produção sejam diferentes dos valores.

Se a lei do valor não pode existir com o capital, ao mesmo tempo, escreve Castoriadis, a lei do valor não pode existir sem o capital, pois como vimos na resposta anterior, o valor só adquire posição quando há um tempo social coercitivo, o que só é atingido na produção capitalista por excelência.

Desta forma, na argumentação de Castoriadis, o valor não existiria nunca e não se justificaria a teoria do valor trabalho. Já tratamos na seção anterior do problema da existência do valor no pré-capitalismo, quando vimos ser ele aí um objeto pressuposto. Tratemos agora do problema da existência do valor no capitalismo.

A Economia Política esteve diante deste impasse: ou se fica com o fundamento (a teoria do valor trabalho) e se ignora o fenômeno (que a lei do valor é negada na produção capitalista), ou se fica com o fenômeno e se abandona a teoria do valor trabalho. Segundo Fausto, Smith e Ricardo ficaram com a primeira alternativa<sup>8</sup>. A segunda foi seguida por Malthus e Torrens<sup>9</sup>, e depois por toda a tradição marginalista, com a teoria do valor utilidade, e finalmente a teoria marshalliana dos preços, que como vimos na segunda seção apresenta os mesmos problemas e exige a mesma solução irrealista.

---

<sup>8</sup> Quanto a Smith, não concordamos com Fausto. É importante lembrar que Adam Smith abandona a teoria do valor trabalho no capítulo 6 de *A Riqueza das Nações*: ali o autor diz que a teoria de que os preços seriam determinados pelo tempo de trabalho contido (que é aqui igual ao trabalho comandado) só teria validade numa sociedade primitiva (uma sociedade pré-capitalista, ou seja, uma sociedade sem propriedade privada do capital e das terras e, portanto, sem trabalho assalariado). Para Smith, a partir do momento em que, numa sociedade moderna, o preço das mercadorias tivesse que pagar não só os salários dos produtores mas também o lucro dos proprietários dos meios de produção e da terra, os preços não mais seriam determinados pela quantidade de trabalho contido nas mercadorias.

<sup>9</sup> Também por Adam Smith, ao nosso ver, embora o problema para ele não estivesse tão claro ainda (ver nota anterior).

Entretanto, Marx tinha plena consciência desta antinomia e da contradição presente em sua resposta: ele conservou tanto o fundamento quanto o fenômeno, ainda que o fundamento, a sua teoria do valor, se mantenha apenas ao preço da negação<sup>10</sup>: de forma semelhante ao que Hegel fez com as antinomias da tradição filosófica, Marx, na sua teoria do valor, assumiu a contradição no discurso por entender que ela é um atributo da própria realidade, e não pura confusão do pensamento, como supõe o discurso “claro” do entendimento. Seguindo Hegel, Marx põe a contradição no discurso para não sofrer a contradição.

Assim, quando o valor *é*, vale dizer, quando ele adquire posição ou quando o valor torna-se ele mesmo, ele não é mais. A explicação de por que o valor é contraditório no interior da sociedade capitalista está no texto *Pressuposição e posição: dialética e significações obscuras* (Fausto, 1988). Tanto no capitalismo como no pré-capitalismo, o valor é contraditório pois ele está pressuposto. No primeiro caso, do pré-capitalismo, o valor é contraditório pois é o pressuposto como o possível. A posição do valor é assim uma passagem da possibilidade à efetividade. No segundo caso, do capitalismo, o valor é posição negada, a outra forma de se pensar a pressuposição na dialética. Fausto escreve que há aqui não a passagem da possibilidade à efetividade (pois já se parte de um ser posto), mas uma passagem da efetividade à necessidade, da coisa apenas efetiva à coisa necessária, ou seja, do valor à auto-posição do valor. Assim, há uma nova posição no sentido de que é o ato de pôr que é posto, o ato do valor pôr a si próprio, reproduzindo as condições de sua existência. Nesta passagem, que é a da constituição de um sujeito, o capital, há a negação da substância, o valor, a substância que se tornou sujeito.

Assim, Fausto escreve que se no pré-capitalismo o valor não é pois falta uma determinação (a determinação posição), para o que se pode dizer que *o valor ainda não é o valor*, no capitalismo ele não é pois *o valor é mais do que o valor*, há determinação em excesso: extensivamente, pois o campo das mercadorias se expande de forma a transformar a própria força de trabalho em uma mercadoria; intensivamente pois a posição é tão forte que faz da substância um sujeito, que repõe suas próprias determinações, suas próprias condições de existência. É a posição do valor como capital, portanto, que leva à sua negação.

Fausto elogia Castoriadis por ter ele, ao contrário de muitos marxistas, percebido as contradições na obra de Marx, e exatamente por que ele quer derrubar Marx. Mas o erro dele, segundo Fausto, é o mesmo que levou muitos marxistas, que queriam “salvar” Marx (como os althusserianos) a ignorarem ou fugirem das contradições: ler Marx sob o pano de fundo de uma lógica da identidade, para a qual a contradição é sinônima de confusão no pensamento. Fausto procura ser fiel ao pensamento do autor mostrando que ele deve ser lido via Hegel e não pela via da tradição filosófica que herdou de Kant a separação entre sujeito e objeto e o horror à contradição, pois a contradição não é defeito lógico quando o próprio objeto é contraditório.

Marx não estava preocupado, portanto, em manter o fundamento como Ricardo ou Sraffa. Pelo contrário, ele busca mostrar como o desenvolvimento da própria realidade leva à negação da lei do valor. Ele não está preocupado em mostrar que os preços devem ser iguais aos valores, mas em mostrar que, na concorrência capitalista, há uma redistribuição da mais-valia em favor dos setores mais intensivos em capital. Assim, a preocupação de Marx foi, coerentemente com sua abordagem dialética, mostrar como o fenômeno é a aparição da essência negada. Ou seja, a essência da teoria do valor, que é o tempo de trabalho abstrato como fundamento do valor, é negada

---

<sup>10</sup> A respeito da relação entre mais-valia e lucro, na questão da transformação dos valores em preços de produção, escreve Marx: “*A circunstância de que essa conexão interna é revelada aqui pela primeira vez, de que (...) a economia até agora forçadamente abstraiu as diferenças entre mais-valia e lucro, taxa de mais-valia e taxa de lucro, para poder reter a determinação do valor como base, ou então renunciou a essa determinação do valor e, com ela, a toda a fundamentação do procedimento científico, para ater-se às diferenças que se manifestam na aparência – essa confusão dos teóricos é a melhor prova de que o capitalista prático, preso à luta concorrencial e que de modo algum penetra através de suas formas aparentes, é necessariamente incapaz de reconhecer, atrás da aparência, a essência íntima e a configuração íntima desse processo*”. (Marx, 1985, p. 130-131).

quando se sai de uma sociedade de produtores independentes para uma sociedade onde a própria força de trabalho se torna mercadoria e o valor se desenvolve em capital.

#### IV – Conclusão

Retomando a partir das conclusões de Bhaduri, notamos que há na teoria neoclássica uma tentativa de restringir todo o problema econômico a questões “naturais”, que independem dos distintos arranjos sociais estabelecidos pelos homens e cristalizados em suas instituições. Os conceitos nesta teoria acabam, portanto, por assumir formas absolutamente genéricas, que se pretendem pairar por sobre os arranjos históricos-institucionais, como expressando relações técnicas e “físicas”, mais próximas das ciências naturais que das sociais, dentro de uma concepção de ciência que tem suas bases no positivismo.

A controvérsia do capital, alimentada por keynesianos, ricardianos, marxistas e outras vertentes heterodoxas, representa, nos parece, uma resistência a esta forma de teorizar. De fato, o capital é reduzido na teoria neoclássica a um fator de produção, assim como o próprio trabalho, numa estrutura teórica que pretende não ter raízes em lugar algum da história.

A visão tecnicista da ciência econômica permite tratar facilmente relações sociais como se fossem meras relações entre quantidades físicas. Os críticos de Cambridge mostraram que a questão não é tão simples, já que no capitalismo existe uma coisa chamada dinheiro que, apesar de parecer trivial, não se insere no sistema econômico apenas para lubrificar as trocas: quando a própria força de trabalho se torna uma mercadoria, o dinheiro torna-se capital. E, como capital, o dinheiro é início e fim de um processo no qual a finalidade é a valorização do valor – seja na busca do lucro ou da remuneração através do recebimento dos juros – e não a produção de valores de uso para consumo.

Assim, quando se fala em economia monetária não se está falando apenas da inserção da moeda em um sistema que funciona sem ela, ainda que com alguma ineficiência. Está se falando de uma economia em que a riqueza não apenas se expressa ou se troca, mas se produz, se movimenta e se acumula por meio do dinheiro. E também se distribui por meio dele: assim, na economia capitalista, a extração do excedente social é realizada dentro do próprio sistema econômico e a partir da troca de equivalentes, não são necessárias forças extra-econômicas para isto (leis, imposições religiosas, etc). Além disso, a redistribuição do excedente, ou seja, da mais-valia, entre os próprios capitalistas também é operada por meio do sistema econômico, na igualação das taxas de lucros, quando então a lei do valor sofre a sua negação.

O capital não deve ser tratado como um conceito físico, mas como um conceito social. Esta dimensão social existia implicitamente nos clássicos e explicitamente em Marx. Para este, o capital expressa relações sociais, um movimento de sucessão de formas da riqueza, que passa da forma dinheiro para a forma mercadoria no processo de produção, e volta à forma dinheiro no processo de circulação, mas agora após ter gerado frutos: mais valor. Assim, o conceito de capital em Marx não se prende à dicotomia sobre se ele é real (mercadoria) ou monetário (dinheiro): o conceito só se compreende a partir do movimento infinito de uma forma a outra. Mas é necessário compreender que a primazia está no seu momento monetário, o dinheiro é o início e o fim do processo, porque no capitalismo ele é a forma por excelência da riqueza. A finalidade imediata do sistema capitalista não é a produção dos valores de uso, mas a valorização do valor.

Entretanto, a teoria neoclássica enxerga o sistema econômico como uma grande empresa em que o objetivo é produzir objetos que têm utilidade para atender necessidades humanas. Assim, fica presa a um mundo de conceitos naturalizados, à aparência das coisas, e tenta em vão apreender o conceito de capital e o crescimento econômico por meio de medidas físicas, como se fosse mera questão de engenharia. Como vimos, esta tentativa necessariamente fracassa quando se foge de um mundo abstrato de um único bem, pois fora daí é necessário assumir a dimensão monetária da economia capitalista. Sair do mundo abstrato de um único bem mostrou-se ser um grande obstáculo

à teoria neoclássica, que teve que sair do mundo das quantidades físicas, das relações puramente técnicas, para um mundo em que tudo se mede e se processa por meio deste objeto rebelde que é o dinheiro. Os resultados foram apresentados acima: ao entrar no mundo em que o capital deve ser expresso monetariamente, a teoria neoclássica teve que recuar por hipóteses defensivas até retornar ao mesmo mundo de antes, um mundo de um único bem. Mas qual a utilidade do dinheiro num mundo deste tipo?

A nosso ver, a teoria neoclássica fica presa a um mundo em que a reprodução do capital não aparece, porque é o mundo da circulação simples. Assim, quando ela tenta realizar a passagem de um mundo em que o dinheiro não é necessidade lógica (na teoria do equilíbrio geral) para um mundo em que ele é necessário, pelo menos, para se mensurar grandezas que, do ponto de vista físico, são heterogêneas, as conseqüências são desastrosas pois aqui a dimensão social não deixa espaço para relações técnicas ou “naturais”.

Uma boa leitura da seção sobre o fetichismo da mercadoria no primeiro capítulo de *O Capital* é elucidativo a respeito dos limites deste tipo de abordagem das relações sociais, que confunde conceitos sociais com propriedades naturais das coisas ou da natureza humana.

Buscou-se mostrar neste artigo que, para tratar de certos objetos sociais, que são portanto “objetos obscuros”, como o dinheiro, ou seja, objetos contraditórios, é necessário utilizar o discurso dialético, pois a lógica formal não é suficiente para capturar tais objetos teoricamente. A leitura dialética de Marx feita por Ruy Fausto nos mostra então que o fato de a lei do valor ser negada pela própria posição do conceito de capital não mostra um erro de pensamento dele ou de Ricardo, mas uma contradição real, com a qual a ciência econômica não lida satisfatoriamente, seja na linhagem que buscou defender a validade da teoria do valor trabalho (Sraffa) seja naquela que buscou substituí-la (teoria neoclássica).

Um trabalho importante a ser realizado – já que o centro deste foram questões metodológicas, ou seja, defender a solução de Marx como contraditória para adequar-se a um objeto também contraditório – é comparar as relações vistas por Marx com as da teoria neoclássica a respeito de: 1) as decisões de escolha entre capital e trabalho (que Marx chama de economia de trabalho), já que Marx tem que se deparar com o problema de responder porque, se é o trabalho a fonte da mais-valia e dos lucros, o desenvolvimento capitalista aumenta os lucros utilizando cada vez mais métodos mais capital-intensivos, ou seja, que poupam trabalho vivo; 2) a relação entre a visão neoclássica da produtividade marginal decrescente do capital e a visão de Marx a respeito da lei tendencial da taxa de lucro e; 3) as relações entre a taxa de lucro e a taxa de juros em ambas. Mas esta análise, por motivos de espaço, deverá ficar para trabalho posterior.

## Referências

- Badhuri, A. *On the significance of recent controversies on capital theory: a Marxian view*. Economic Journal, vol. 79, pp.532-9.
- Champernowne, D.G. (1953). *The production function and the theory of capital: a comment*. Review of Economic Studies, vol. 21, pp 112-35.
- Clark, J.B. (1893) *The Distribution of Wealth*. New York: Mcmillan.
- Fausto, R. (1987). *Sobre trabalho abstrato e valor*. In “Marx: lógica e política”. Tomo I. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (1988). *Pressuposição e posição: dialética e significações obscuras*. In “Marx: lógica e política. Tomo II. São Paulo: Brasiliense.
- Fischer, I. (1907). *The rate of interest*. MacMillan Co.
- Harcourt, G.C. *Some Cambridge Controversies in the Theory of Capital*. Journal of Economic Literature.
- Marx, K. H. (1984). *O Capital : crítica da economia política*. Tomo I. São Paulo: Abril Cultural.

- \_\_\_\_\_. (1985). *O Capital: crítica da economia política*. Tomo III. São Paulo: Abril Cultural.
- Moss, S. (1980). *The End of Orthodox Capital Theory*. In Nell, E. (org): *Growth, profits, and property*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pasinetti, L.L. (1969). *Switches of techniques and the "rate of return" in capital theory*. *Economic Journal*, vol. 79, pp. 508-31.
- Robinson, J. (1953). *The Production Function and the Theory of Capital*. *Review of Economic Studies*, vol. XXI (2), nº 55, pp. 81-106.
- Samuelson, P. A. (1962). *Parable and realism in capital theory: the surrogate production function*. *Review of Economic Studies*, vol.39, pp. 193-206.
- Sraffa, P. (1960). *Production of Commodities by Means of Commodities. Prelude to a Critique of Economic Theory*. Cambridge University Press.
- Walras, L. (1983). *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. Coleção *Os Economistas*. Abril Cultural.
- Wicksell, J.G.K. (1934). *Lectures on Political Economy*. Routledge & Kegan Paul.